



Maio/2012

**Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'U21', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Um dos mitos narrados por Ovídio nas Metamorfoses conta a história de Aglauros. A jovem é irmã de Hersé, cuja beleza extraordinária desperta o desejo do deus Hermes. Apaixonado, o deus pede a Aglauros que interceda junto a Hersé e favoreça os seus amores por ela; Aglauros concorda, mas exige em troca um punhado de moedas de ouro. Isso irritou Palas Atena, que já detestava a jovem porque esta a espiou em outra ocasião. Não admitia que a mortal fosse recompensada por outro deus; decide vingar-se, e a vingança é terrível: Palas Atena vai à morada da Inveja e ordena-lhe que vá infectar a jovem Aglauros.

A descrição da Inveja feita por Ovídio merece ser lembrada, pois serviu de modelo a todos os que falaram desse sentimento: "A Inveja habita o fundo de um vale onde jamais se vê o sol. Nenhum vento o atravessa; ali reinam a tristeza e o frio, jamais se acende o fogo, há sempre trevas espessas. A palidez cobre o seu rosto e o olhar não se fixa em parte alguma. Ela ignora o sorriso, salvo aquele que é excitado pela visão da dor alheia. Assiste com despeito aos sucessos dos homens, e este espetáculo a corrói; ao dilacerar os outros, ela se dilacera a si mesma, e este é seu suplício".

(Adaptado de Renato Mezan. "A inveja". Os sentidos da paixão. São Paulo: Funarte e Cia. das Letras, 1987. p.124-25)

1. Atente para as afirmações abaixo.

- I. O autor sugere que se rememore a descrição da Inveja feita por Ovídio com base no fato de que antes dele nenhum autor de tamanha magnitude havia descrito esse sentimento de maneira inteligível.
- II. A importância do mito de Aglauros deriva do fato de que, a partir dele, se explica de maneira coerente e lógica a origem de um dos males da personalidade humana.
- III. Ao personificar a Inveja, Ovídio a descreve como alguém acometido por ressentimentos e condenado à infelicidade, na medida em que não tolera a alegria de outrem.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.

2. ... mas exige em troca um punhado de moedas de ouro.

Transpondo-se a frase acima para a voz **passiva**, a forma verbal resultante será:

- (A) são exigidos.
- (B) é exigida.
- (C) é exigido.
- (D) foi exigido.
- (E) foram exigidas.

3. Levando-se em conta as alterações necessárias, o termo grifado foi substituído corretamente por um pronome em:

- (A) A Inveja habita o fundo de um vale = habitá-lo
- (B) jamais se acende o fogo = lhe acende
- (C) serviu de modelo a todos = serviu-os
- (D) infectar a jovem Aglauros = infectá-la
- (E) ao dilacerar os outros = dilacerar-lhes

4. Ela ignora o sorriso, salvo aquele que é excitado pela visão da dor alheia.

Mantendo-se a correção, a lógica e o sentido original, o elemento grifado acima pode ser substituído por:

- (A) afora.
- (B) através.
- (C) de encontro.
- (D) sobre.
- (E) embora.

5. ... e favoreça os seus amores por ela...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) A jovem é irmã de Hersé...
- (B) ... este espetáculo a corrói...
- (C) ... Palas Atena vai à morada da Inveja...
- (D) ... e ordena-lhe que...
- (E) Assiste com despeito aos sucessos dos homens...

6. ... que já detestava a jovem...

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) A Inveja habita o fundo de um vale...
- (B) ... todos os que falaram desse sentimento...
- (C) ... porque esta a espiou...
- (D) ... que interceda junto a Hersé...
- (E) Não admitia que a mortal...



7. Atente para as afirmações abaixo sobre o seguinte fragmento do texto.

Isso irritou Palas Atena, que já detestava a jovem porque esta a espionara em outra ocasião. Não admitia que a mortal fosse recompensada por outro deus; decide vingar-se, e a vingança é terrível: Palas Atena vai à morada da Inveja e ordena-lhe que vá infectar a jovem Aglauros.

- I. De acordo com o contexto, os pronomes grifados acima se referem, respectivamente, à atitude de Aglauros e a Palas Atena.
- II. A vírgula colocada imediatamente após *Atena* poderia ser suprimida sem prejuízo para a correção e o sentido original.
- III. Os dois-pontos introduzem uma síntese do que foi dito antes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

8. Uma vez as limitações fundamentais da condição humana, é possível dominar a fantasia e as possibilidades concretas que se para todos nós.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) aceita - testar - abrem
- (B) aceitas - testar - abrem
- (C) aceita - testarem - abre
- (D) aceitas - testar - abre
- (E) aceita - testarem - abrem

9. O invejoso procura destruir a felicidade alheia.

O invejoso age movido também pelo ódio.

O invejoso nutre a expectativa de que o término da felicidade alheia traga felicidade a ele.

As frases acima se articulam com correção e lógica em:

- (A) Movido também pelo ódio, o invejoso procura destruir a felicidade alheia, pois nutre a expectativa de que o seu término lhe traga felicidade.
- (B) Com a expectativa na qual o término da felicidade do outro lhe traz felicidade, o invejoso, age também pelo ódio e procura destruí-lo.
- (C) Por acreditar que, o término da felicidade alheia lhe trará felicidade, o invejoso procura destruir-lhe, agindo, também, pelo ódio.
- (D) O invejoso, o qual age movido também pelo ódio, onde procura destruir a felicidade alheia, nutre a expectativa de que o término desta lhe traga felicidade.
- (E) Como nutre a expectativa, de que o término da felicidade alheia lhe traga felicidade, o invejoso o qual procura destruir a felicidade alheia, agindo também pelo ódio.

10. Apesar de comumente confundidas, a admiração e a inveja não pertencem mesma categoria de afetos, pois a última causa prejuízo autoestima e leva, constantemente, sensações de insatisfação e angústia.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) a - a - à
- (B) a - à - a
- (C) à - à - a
- (D) à - a - à
- (E) à - à - à

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

11. Cinco pessoas caminham enfileiradas. A primeira, chamada de número 1, a segunda chamada de número 2, a terceira chamada de número 3, a quarta chamada de número 4 e a quinta chamada de número 5. Após 15 minutos de caminhada, a número 1 para, deixa todas as outras passarem por ela e continua a caminhada atrás de todas as outras. Após 20 minutos, as duas primeiras pessoas da fila, a número 2 e a número 3, param e deixam que todos os outros, ordenadamente, passem a frente, e seguem atrás de todos, mantendo a ordenação, com o 2 à frente do 3. E assim essa alternância segue. Após o intervalo de 15 minutos, a pessoa a frente para e os demais passam. Em seguida, após o intervalo de 20 minutos, as duas pessoas que estavam à frente param e deixam todas as outras passarem e continuam a caminhada atrás delas, e na mesma ordem em que estavam entre si. Volta a acontecer o intervalo de 15, depois o de 20, volta o de 15 e segue. Essa alternância ocorre ordenadamente, com todas as componentes e da maneira como foi descrita durante 2 horas e 40 minutos. Após esse tempo, todos param. A pessoa que, nesse momento de parada, ocupa a última posição na fila é a chamada de número

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

12. Três lojas concorrem vendendo a mesma camiseta pelo mesmo preço a unidade. Uma promoção na loja Q-Preço oferece 4 dessas camisetas pelo preço de 3. A loja Melhor Compra, oferece 25% de desconto em cada uma das camisetas a partir da terceira camiseta comprada em uma mesma compra. A loja, Você Sempre Volta vende a primeira camiseta com o preço anunciado, a segunda camiseta igual é vendida com um desconto de 10%, a terceira camiseta igual é vendida com desconto de 20% e a quarta camiseta igual com desconto de 30%. Ordenando os valores pagos por três clientes que compraram 4 dessas camisetas, cada um deles em uma dessas três lojas, observa-se que o cliente que pagou menos, pagou X % a menos do que o segundo cliente nessa ordenação crescente, em relação ao valor pago por esse segundo cliente. Desta forma, o valor de X é aproximadamente

- (A) 50.
- (B) 33,3.
- (C) 25.
- (D) 22,5.
- (E) 12.



13. O encarregado dos varredores de rua de uma determinada cidade começou um dia de serviço com novidade: quem tem menos que 25 anos vai varrer uma certa quantidade de metros de rua hoje; quem tem de 25 até 45 anos varre três quartos do que varrem esses mais jovens; aqueles com mais de 45 anos varrem dois quintos do que varrem aqueles que têm de 25 a 45 anos; e, para terminar, os que têm de 25 até 45 anos varrerão hoje, cada um, 210 metros. O grupo dos varredores era formado por dois rapazes de 22 anos, 3 homens de 30 e um senhor de 48 anos. Todos trabalharam segundo o plano estabelecido pelo encarregado. E, dessa maneira, o total em metros varrido nesse dia, por esses varredores, foi
- (A) 952.
(B) 1.029.
(C) 1.132.
(D) 1.274.
(E) 1.584.

14. Duas pessoas, A e B, estão de costas, encostadas uma na outra num terreno plano. Estão olhando para direções opostas. A pessoa A caminha 1 metro na direção que olha, gira 90° para esquerda e caminha 2 metros nessa nova direção, gira 90° para a direita e caminha 4 metros nessa nova direção, gira 90° para esquerda e caminha 8 metros nessa nova direção e para. A pessoa B caminha 1 metro na direção que olha, gira 90° para sua direita e caminha 1 metro nessa nova direção, gira 90° para sua esquerda e caminha 3 metros nessa nova direção, gira 90° para sua direita e caminha 3 metros nessa nova direção, gira 90° para sua esquerda e caminha 2 metros nessa nova direção, gira 90° para sua direita e caminha 6 metros nessa nova direção e para. Após esses movimentos de ambas as pessoas, a distância entre elas é de
- (A) 8 metros.
(B) 9 metros.
(C) 10 metros.
(D) 11 metros.
(E) 12 metros.

15. Em uma praia chamava a atenção um catador de cocos (a água do coco já havia sido retirada). Ele só pegava cocos inteiros e agia da seguinte maneira: o primeiro coco ele colocava inteiro de um lado; o segundo ele dividia ao meio e colocava as metades em outro lugar; o terceiro coco ele dividia em três partes iguais e colocava os terços de coco em um terceiro lugar, diferente dos outros lugares; o quarto coco ele dividia em quatro partes iguais e colocava os quartos de coco em um quarto lugar diferente dos outros lugares. No quinto coco agia como se fosse o primeiro coco e colocava inteiro de um lado, o seguinte dividia ao meio, o seguinte em três partes iguais, o seguinte em quatro partes iguais e seguia na sequência: inteiro, meios, três partes iguais, quatro partes iguais, inteiro, meios, três partes iguais, quatro partes iguais. Fez isso com exatamente 59 cocos quando alguém disse ao catador: eu quero três quintos dos seus terços de coco e metade dos seus quartos de coco. O catador consentiu e deu para a pessoa
- (A) 52 pedaços de coco.
(B) 55 pedaços de coco.
(C) 59 pedaços de coco.
(D) 98 pedaços de coco.
(E) 101 pedaços de coco.

Noções de Gestão Pública

16. Para a consecução de fins organizacionais é preciso organizar a atividade humana de modo estável. Trata-se do objetivo da
- (A) cultura organizacional.
(B) produtividade.
(C) dependência de recursos.
(D) burocracia.
(E) relacionalidade.
17. O controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração pública exerce sobre
- (A) seus próprios atos.
(B) os atos da sociedade.
(C) a intenção entre a comunidade e os tribunais.
(D) o número de atos aprovados e os de interesse dos tribunais de Justiça.
(E) a contabilidade e as finanças das entidades privadas.
18. *Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social* está nas disposições gerais, Artigo 1º, da resolução 70 do CNJ, que institui o planejamento estratégico do poder Judiciário. Essa frase está relacionada à
- (A) missão.
(B) imparcialidade.
(C) visão.
(D) credibilidade.
(E) ética pública.
19. Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Setores e Instituição é um dos quinze (15) objetivos estratégicos apontados na Resolução 70 do CNJ. Esse objetivo pertence à
- (A) eficiência operacional.
(B) responsabilidade social.
(C) alinhamento e integração.
(D) infraestrutura e tecnologia.
(E) atuação institucional.
20. A Resolução 49 do CNJ em seu artigo 1º, Parágrafo 2º, estabelece que o núcleo de estatística e gestão estratégica deve auxiliar o tribunal na racionalização do processo de modernização institucional, e tem caráter
- (A) provisório.
(B) permanente.
(C) de força tarefa.
(D) de ação emergencial.
(E) operacional transitório.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

21. Nos termos da Constituição Federal, são condições de elegibilidade para Senador, quanto à idade e à nacionalidade, respectivamente, ter, no mínimo,

- (A) trinta e cinco anos e ser brasileiro nato.
- (B) trinta anos e ser brasileiro nato.
- (C) dezoito anos e ser brasileiro nato ou naturalizado.
- (D) trinta anos e ser brasileiro nato ou naturalizado.
- (E) trinta e cinco anos e ser brasileiro nato ou naturalizado.

22. A Constituição Federal reconhece que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, APENAS o

- (A) Legislativo e o Executivo.
- (B) Judiciário e o Legislativo.
- (C) Executivo, o Legislativo e o Judiciário.
- (D) Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- (E) Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

23. Em relação à liberdade de associação, determina a Constituição Federal que as associações

- (A) dependem de autorização judicial para serem criadas, embora seja vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- (B) podem ter natureza paramilitar, em casos excepcionais, para a proteção da segurança pública.
- (C) dependem do registro de seu estatuto em cartório, com a indicação de, no mínimo, três integrantes, para serem formalmente reconhecidas.
- (D) só podem ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial transitada em julgado.
- (E) podem representar seus filiados apenas extrajudicialmente, pois, mesmo que autorizadas, não têm legitimidade para representá-los judicialmente.

24. Em relação ao Poder Legislativo, é correto afirmar:

- (A) Os Senadores representam os Estados e o Distrito Federal e possuem mandato de oito anos, embora a legislatura do Congresso Nacional dure, apenas, quatro anos.
- (B) O Congresso Nacional reúne-se, anualmente, na Capital Federal, de 2 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- (C) Os Deputados Federais representam o povo e possuem mandato de quatro anos, embora a legislatura do Congresso Nacional dure oito anos.
- (D) A convocação extraordinária do Congresso Nacional será feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal.
- (E) As comissões parlamentares de inquérito são permanentes e possuem poderes para apurar fatos de relevância política, bem como para aplicar sanções.

25. Em relação ao tema responsabilidade do Presidente da República, considere:

- I. Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, podendo sancioná-lo com pena de privação de liberdade e inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- II. O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- III. Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

26. Sobre a Justiça do Trabalho, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho devem ser brasileiros natos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (B) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no máximo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (C) a maior parte dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho é escolhida dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.
- (D) os Tribunais Regionais do Trabalho não podem funcionar de forma descentralizada, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- (E) as Juntas de Conciliação e Julgamento são órgãos da Justiça do Trabalho vinculados aos Tribunais Regionais do Trabalho.

**Noções de Direito Administrativo**

27. O conceito moderno de poder de polícia o define como a atividade do Estado que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Em relação ao poder de polícia administrativa, é correto afirmar que
- (A) é exclusivo da autoridade superior do ente público competente para a fiscalização.
 - (B) compreende a adoção de medidas repressivas para aplicação da lei ao caso concreto.
 - (C) incide subsidiariamente à polícia judiciária, inclusive para coibir a prática de ilícito penal.
 - (D) cria obrigações e limitações aos direitos individuais quando a lei não tiver disposto a respeito.
 - (E) impõe apenas obrigações de fazer, na medida em que não pode impor abstenções e proibições aos administrados.
28. Sobre a descentralização e a desconcentração é correto afirmar que a
- (A) descentralização compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, enquanto a desconcentração constitui distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
 - (B) desconcentração compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, desde que de natureza jurídica de direito público.
 - (C) descentralização constitui distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, admitindo, excepcionalmente, a delegação de serviço público a terceiros.
 - (D) descentralização compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, vedada a delegação de serviço público à pessoa jurídica de direito privado.
 - (E) desconcentração constitui a delegação de serviço público à pessoa jurídica de direito privado por meio de permissão ou concessão.
29. A concessão de serviço público, disciplinada pela Lei Federal nº 8.987/95, constitui
- (A) ato do Poder Público que transfere à pessoa jurídica distinta a titularidade de determinado serviço público, que passará a executá-lo em seu próprio nome.
 - (B) contrato administrativo por meio do qual a Administração Pública, mantendo-se titular de determinado serviço público, delega ao concessionário a execução do mesmo, compreendendo a remuneração paga diretamente pelo usuário, por meio da cobrança de tarifa.
 - (C) contrato administrativo do Poder Público que transfere a pessoa jurídica de direito público ou privado a titularidade de determinado serviço público, que passará a executá-lo em seu próprio nome.
 - (D) ato administrativo de delegação de titularidade e execução de serviço público, compreendendo a remuneração paga diretamente pelo usuário, por meio da cobrança de tarifa.
 - (E) contrato administrativo que transfere à pessoa jurídica de direito público distinta a titularidade de determinado serviço público, que passará a executá-lo remunerando-se diretamente da tarifa paga pelo usuário.
30. Durante a execução de serviços de reparo e manutenção nas instalações de gás, por empresa pública responsável pela prestação do serviço público de fornecimento, houve pequena explosão, ocasionando o arremesso de peças e materiais pesados a distância significativa, causando danos materiais a particulares que estavam próximos ao local. Nesse caso, a empresa
- (A) responde subjetivamente pelos danos causados, cabendo aos particulares a prova de culpa dos agentes que executavam o serviço para fazer jus à indenização.
 - (B) responde objetivamente pelos danos materiais causados aos particulares, desde que demonstrado o nexo de causalidade, não sendo necessária a comprovação de culpa dos agentes.
 - (C) responde subjetivamente pelos danos causados, independentemente de prova de culpa dos agentes que executavam o serviço no momento da explosão.
 - (D) não responde pelos danos causados, devendo os danos serem cobrados diretamente dos agentes responsáveis pela execução dos serviços.
 - (E) responde objetivamente pelos danos materiais causados aos particulares, desde que demonstrada a culpa dos agentes responsáveis pela execução do serviço, não sendo necessária demonstração do nexo de causalidade.
31. Pode-se, sem pretender esgotar o conceito, definir o princípio da eficiência como princípio
- (A) constitucional que rege a Administração Pública, do qual se retira especificamente a presunção absoluta de legalidade de seus atos.
 - (B) infralegal dirigido à Administração Pública para que ela seja gerida de modo impessoal e transparente, dando publicidade a todos os seus atos.
 - (C) infralegal que positivou a supremacia do interesse público, permitindo que a decisão da Administração sempre se sobreponha ao interesse do particular.
 - (D) constitucional que se presta a exigir a atuação da Administração Pública condizente com a moralidade, na medida em que esta não encontra guarida expressa no texto constitucional.
 - (E) constitucional dirigido à Administração Pública para que seja organizada e dirigida de modo a alcançar os melhores resultados no desempenho de suas funções.
32. A Constituição Federal previu, em seu artigo 37, inciso IX, a possibilidade de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da lei. Partindo-se do pressuposto de que não foi realizado concurso público para a contratação de servidores temporários, é correto afirmar que os admitidos
- (A) ocupam cargo efetivo.
 - (B) ocupam emprego.
 - (C) ocupam emprego temporário.
 - (D) desempenham função.
 - (E) desempenham função estatutária.



33. Determinado servidor em estágio probatório requereu que lhe fosse concedido afastamento para exercício de mandato eletivo. O pedido foi indeferido pela Administração. A decisão, nos termos da Lei nº 8.112/90, deve ser
- (A) revista, somente se o pedido de afastamento for para exercício de mandato eletivo na esfera federal.
- (B) revista, na medida em que o servidor em estágio probatório tem direito a todos os afastamentos previstos para o servidor estável.
- (C) mantida, na medida em que o servidor somente adquire direito a pleitear afastamento do serviço público, após o término do estágio probatório.
- (D) mantida, se o pedido de afastamento for para exercício de mandato eletivo em esfera diversa da federal.
- (E) revista, na medida em que o afastamento para exercício de mandato eletivo estende-se ao servidor em estágio probatório.

Noções de Direito Civil

34. Dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro que a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente (art. 9º, § 2º) e o Código Civil que reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que for proposto (art. 435). Neste caso,
- (A) ambas as disposições legais se acham em vigor e não se contradizem.
- (B) o Código Civil foi revogado nessa disposição pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- (C) aquela regra estabelecida na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro foi revogada pelo Código Civil.
- (D) ambas as disposições se revogam reciprocamente.
- (E) tendo o juiz dúvida sobre qual das normas legais deve aplicar, possui a faculdade de considerar revogada qualquer das duas regras, aplicando a outra.

35. Considera-se relativamente incapaz
- (A) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (B) o idoso que contar mais de 70 anos de idade.
- (C) a pessoa entre 18 e 21 anos de idade.
- (D) a mulher casada que depender de autorização do marido para vender bem imóvel.
- (E) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

36. Interrompe-se a prescrição
- (A) na pendência de ação de evicção.
- (B) pelo protesto cambial.
- (C) somente por despacho de Juiz competente que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- (D) pelo casamento do devedor com a credora.
- (E) sobrevindo incapacidade absoluta ou relativa do credor.

37. Efetuar-se-á o pagamento
- (A) em qualquer lugar, à escolha do devedor.
- (B) no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar de disposição expressa de lei.
- (C) no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- (D) onde for determinado pelo credor, antes do vencimento da dívida.
- (E) facultativamente, no domicílio do credor ou do devedor, salvo disposição de lei expressa em sentido contrário.

38. Sendo o patrão responsável pela reparação civil dos danos causados culposamente por seus empregados no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele,
- (A) é obrigado a indenizar ainda que o patrão não tenha culpa.
- (B) só será obrigado a indenizar se o patrão também tiver culpa.
- (C) não será obrigado a indenizar, se o empregado for absolvido pelo mesmo ato, em processo criminal, por insuficiência de prova.
- (D) só será obrigado a indenizar se o ato também constituir crime e se o empregado for condenado no processo criminal.
- (E) a obrigação de indenizar é subsidiária à do empregado que causou o dano.

Noções de Direito Processual Civil

39. São condições da ação:
- (A) citação do réu, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir.
- (B) competência do juiz, interesse de agir e legitimidade das partes.
- (C) interesse de agir, legitimidade das partes e possibilidade jurídica do pedido.
- (D) pagamento das custas iniciais do processo, achar-se a parte representada por advogado e competência do juiz.
- (E) não achar-se prescrita a pretensão, existência do direito pleiteado e legitimidade das partes.



40. Segundo a lei que o disciplina, não cabe mandado de segurança contra

- (A) representantes ou órgãos de partidos políticos.
- (B) administradores de entidades autárquicas.
- (C) pessoas físicas no exercício de atribuições do poder público.
- (D) ato de qualquer autoridade do Poder Legislativo, ainda que no exercício da administração do órgão a que pertence.
- (E) atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionários do serviço público.

41. A falta do instrumento público, quando a lei o exigir, como da substância do ato,

- (A) nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe.
- (B) poderá ser suprida por qualquer meio de prova que o juiz reputar conveniente.
- (C) só poderá ser suprida pela confissão da parte.
- (D) será suprida se, no curso do processo, as testemunhas forem absolutamente concordes a respeito do direito da parte.
- (E) poderá ser suprida por instrumento particular com firma reconhecida e registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

42. Na execução por quantia certa contra devedor solvente,

- (A) dispensa-se o título executivo, se a dívida puder ser provada por testemunhas.
- (B) os embargos do devedor só poderão ser oferecidos depois de garantido o Juízo pela penhora.
- (C) o executado será citado para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida.
- (D) quando houver mais de um executado, o prazo para embargar começará a correr a partir da juntada do último mandado citatório cumprido.
- (E) os embargos do devedor serão oferecidos no prazo de 10 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora.

43. Denomina-se coisa julgada

- (A) a decisão que determina o arquivamento definitivo dos autos.
- (B) formal a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- (C) qualquer decisão no curso do processo acerca da qual tiver ocorrido preclusão.
- (D) material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- (E) material a sentença não mais sujeita a recurso e a ação rescisória, em razão do decurso de prazo superior a 2 anos, desde sua publicação.

Direito do Trabalho

44. Considere as seguintes verbas:

- I. Saldo de Salário.
- II. Décimo terceiro salário proporcional.
- III. Aviso-Prévio.

Na rescisão de contrato individual de trabalho por prazo indeterminado em razão da prática de falta grave, falta esta configuradora de justa causa, dentre outras verbas, o empregado NÃO terá direito a indicada APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) I.

45. Atena é empregada da empresa "AFA", possuindo jornada diária de trabalho de 6 horas. Ela cumpre regularmente a sua jornada, não ultrapassando estas 6 horas diárias. Neste caso, prevê a Consolidação das Leis do Trabalho que Atena terá intervalo para repouso e alimentação de

- (A) no mínimo trinta minutos.
- (B) trinta minutos.
- (C) no mínimo sessenta minutos.
- (D) no máximo sessenta minutos.
- (E) quinze minutos.

46. Considere:

- I. Gorjetas.
- II. Comissões.
- III. Adicional de Insalubridade.
- IV. Ajuda de custo.

NÃO possuem natureza indenizatória as verbas indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

47. De acordo com entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, para o trabalhador sujeito à carga semanal de 40 horas, o divisor para cálculo das horas extras é

- (A) 220.
- (B) 200.
- (C) 210.
- (D) 205.
- (E) 225.



48. Os empregados da empresa "ACA", após transporem a portaria da empresa, deslocam-se, ainda, alguns metros para chegarem ao local de trabalho, em razão do enorme terreno em que a referida empresa está localizada. Este tempo de deslocamento do empregado entre a portaria da empresa e o local de trabalho
- (A) será sempre considerado tempo à disposição do empregador, uma vez que se o empregado atravessou a portaria da empresa pressupõe-se que se encontra disponível.
- (B) não é considerado tempo à disposição do empregador, uma vez que a jornada de trabalho somente se inicia com a chegada efetiva do empregado no local de trabalho.
- (C) é considerado tempo à disposição do empregador, desde que supere o limite de 5 minutos diários.
- (D) é considerado tempo à disposição do empregador, desde que supere o limite de 10 minutos diários.
- (E) só será considerado tempo à disposição do empregador, se houver previsão em Convenção Coletiva de Trabalho, em razão das peculiaridades existentes em cada categoria.
49. O Regulamento da empresa "BOA" revogou vantagens deferidas a trabalhadores em Regulamento anterior. Neste caso, segundo a Súmula 51 do TST, "*as cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento*". Em matéria de Direito do Trabalho, esta Súmula trata, especificamente, do Princípio da
- (A) Razoabilidade.
- (B) Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.
- (C) Imperatividade das Normas Trabalhistas.
- (D) Dignidade da Pessoa Humana.
- (E) Condição mais benéfica.
50. Héstia é empregada da Lanchonete "ABA" e trabalha como balconista, possuindo horário de trabalho no período noturno, das 22 às 5 horas. A Lanchonete "ABA" é frequentada por consumidores que normalmente voltam de outras programações noturnas, tendo em vista que a lanchonete possui horário de funcionamento até às 5 horas. Porém, a Lanchonete só encerra suas atividades após o atendimento do último cliente. Assim, Héstia frequentemente estende seu horário de trabalho até às 6 horas. Neste caso,
- (A) será devido o adicional noturno também sobre a hora prorrogada uma vez que Héstia cumpre seu horário de trabalho integralmente no horário noturno.
- (B) não será devido o adicional noturno sobre a hora prorrogada uma vez que, de acordo com a CLT, a hora noturna é das 22 às 5 horas, sendo considerada a hora como 52 minutos e 30 segundos.
- (C) não será devido o adicional noturno sobre a hora prorrogada uma vez que, de acordo com a CLT, a hora noturna é das 22 às 5 horas, sendo considerada a hora como 55 minutos e 50 segundos.
- (D) só será devido o adicional noturno também sobre a hora prorrogada, se houver expressa previsão contratual neste sentido e previsão em norma coletiva.
- (E) não será devido o adicional noturno sobre a hora prorrogada, uma vez que é expressamente proibido o trabalho extraordinário para empregado que possui jornada de trabalho integral em horário noturno.
51. Na hipótese de se estabelecer jornada de oito horas, por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento
- (A) têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas com acréscimo de, no mínimo, 60% sobre a hora normal.
- (B) têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas com acréscimo de 50% sobre a hora normal.
- (C) não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como horas extras.
- (D) têm direito ao pagamento da 8ª hora com acréscimo de 30% sobre a hora normal.
- (E) têm direito ao pagamento da 8ª hora com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre a hora normal.
52. O pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido não está sujeito à correção monetária. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês
- (A) da prestação dos serviços, a partir do 1º dia útil.
- (B) da prestação dos serviços, a partir do dia 1º.
- (C) da prestação dos serviços, a partir do 5º dia útil.
- (D) subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do 5º dia útil.
- (E) subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º.
- Direito Processual do Trabalho**
53. Giulia, advogada de Atena na reclamação trabalhista X, ainda não transitada em julgado, obteve acesso a acórdão proferido em Recurso Ordinário antes de sua publicação através do site do Tribunal Regional do Trabalho competente. Para adiantar seu serviço, e em razão do acórdão afrontar direta e literalmente a Constituição Federal, Giulia interpôs Recurso de Revista sem esperar a publicação efetiva do acórdão. Neste caso, o Recurso de Revista
- (A) deverá ser conhecido e recebido pelo Tribunal Regional do Trabalho competente com a consequente remessa ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) é extemporâneo e sendo assim não será conhecido.
- (C) não é o recurso cabível no presente caso, uma vez que Giulia deveria interpor Agravo de Petição.
- (D) deverá ser conhecido e recebido pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, uma vez que este recurso é dirigido diretamente para este Tribunal.
- (E) não é o recurso cabível no presente caso, uma vez que Giulia deveria interpor Embargos.
54. Considere:
- I. Recurso Ordinário.
- II. Embargos de Declaração em Recurso Ordinário.
- III. Ação Rescisória.
- IV. Recurso de Revista.
- V. Agravo de Petição de decisão proferida por Vara do Trabalho.
- O *jus postulandi* das partes NÃO alcança as hipóteses indicadas APENAS em
- (A) I, II e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e IV.



55. Em determinada execução trabalhista por carta precatória, foi penhorado bem imóvel de Samuel, irmão gêmeo de Davi, proprietário da empresa executada. Samuel pretende ajuizar Embargos de Terceiro. Neste caso, como regra geral, Samuel
- (A) deverá oferecer os referidos embargos no juízo deprecado, sob pena de não conhecimento.
- (B) poderá oferecer os referidos embargos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, sendo que a competência para julgá-los é do juízo deprecado.
- (C) deverá oferecer os referidos embargos no juízo deprecante, sob pena de não conhecimento.
- (D) poderá oferecer os referidos embargos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, sendo que a competência para julgá-los é do juízo deprecante.
- (E) não poderá oferecer Embargos de Terceiros, uma vez que não há tipificação legal para o ajuizamento destes embargos na hipótese mencionada.
56. Na reclamação Trabalhista "M", em fase de execução de sentença, o Juiz da "W" Vara do Trabalho de Recife não homologou acordo celebrado entre as partes em razão do valor acordado tratar-se de apenas 5% do débito que estava sendo executado. Neste caso,
- (A) a homologação do acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
- (B) as partes poderão impetrar mandado de segurança no prazo de 120 dias da não homologação judicial.
- (C) as partes poderão impetrar mandado de segurança no prazo de 90 dias da não homologação judicial.
- (D) as partes deverão interpor agravo de petição no prazo de 8 dias da não homologação judicial.
- (E) as partes poderão impetrar mandado de segurança no prazo de 60 dias da não homologação judicial.
57. Com relação às custas no processo trabalhista, é INCORRETO afirmar:
- (A) São isentos do pagamento de custas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e as fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.
- (B) No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.
- (C) Não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
- (D) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
- (E) Nos dissídios coletivos do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas, quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.
58. Hefesta ajuizou reclamação em face da Fundação Pública "Zeus", possuindo a causa o valor de R\$ 7.000,00. Perséfone ajuizou reclamação trabalhista em face da Autarquia municipal "LL", possuindo a causa o valor de R\$ 24.800,00. Héstia ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa "CD Ltda", possuindo a causa o valor de R\$ 23.257,00. Nestes casos, o procedimento Sumaríssimo será aplicado na reclamação trabalhista proposta APENAS por
- (A) Perséfone e por Héstia.
- (B) Héstia.
- (C) Zeus e por Perséfone.
- (D) Zeus.
- (E) Zeus e por Héstia.
59. Salomão e David são irmãos e pretendem arrematar um imóvel no leilão judicial de bens penhorados em reclamações trabalhistas para moradia de sua mãe. Em determinado leilão judicial, Salomão conseguiu arrematar uma casa pelo valor de R\$ 100.000,00. Neste caso, Salomão deverá garantir o seu lance com um sinal correspondente a
- (A) R\$ 10.000,00 e efetuar o pagamento do restante em 48 horas da arrematação.
- (B) R\$ 10.000,00 e efetuar o pagamento do restante em 24 horas da arrematação.
- (C) R\$ 20.000,00 e efetuar o pagamento do restante em 48 horas da arrematação.
- (D) R\$ 20.000,00 e efetuar o pagamento do restante em 24 horas da arrematação.
- (E) R\$ 15.000,00 e efetuar o pagamento do restante em 24 horas da arrematação.
60. De decisão não unânime do Tribunal Superior do Trabalho que estender sentença normativa e das decisões definitivas dos Tribunais Regionais do Trabalho em processos de sua competência originária, ainda não transitados em julgados, caberá
- (A) Embargos e Agravo de Petição, respectivamente.
- (B) Embargos e Recurso Ordinário, respectivamente.
- (C) Recurso de Revista e Recurso Ordinário, respectivamente.
- (D) Embargos.
- (E) Recurso de Revista.



DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção: Na Prova Discursiva – Redação a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

“Viajar amplia os horizontes”, diz o lugar-comum. Todos os indicadores apontam que os brasileiros estão viajando como nunca, sobretudo ao exterior. Será que esse contato com outros países e diferentes culturas está contribuindo para nos tornarmos mais bem-informados, críticos, perceptivos e tolerantes? Ou, como querem alguns, estaríamos voltando ao país carregados apenas com os bens de consumo que o real valorizado tornou mais fácil adquirir?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Turismo internacional hoje: transformação pessoal ou consumo desenfreado?

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30